Jornal do Professor

Adufg SINDICATO

IMPRESSO
ESPECIAL
9912269715/2011
ADUFG
CORREIOS

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS – ANO I – Nº 2 – NOVEMBRO 2012

EDITORIAL

Combater ou dialogar

Nós professores, profissionais docentes, somos forjados para tratar as nossas dificuldades profissionais do dia-a-dia numa perspectiva pedagógica. Aprender com o outro sempre, dialogar sempre, na perspectiva da realização de um crescimento profissional, institucional, pessoal e espiritual. Em momentos difíceis o caminho do diálogo franco é a melhor solução para todos. Sempre ganhamos com o diálogo aberto. Essa é uma premissa básica da pedagogia, da diplomacia e do entendimento. Muitas vezes o diálogo entre pares é rompido por questões que muitas vezes ultrapassa a nossa própria vontade. A diplomacia nos ensina que recuar, refletir e querer de volta o diálogo ainda é o melhor caminho. Diálogo significa troca de opiniões, confronto de opiniões. Diálogo significa a busca de entendimento.

É preciso entender que dialogar não é ficar à mercê do outro, acovardar-se, curvar-se. Muitas vezes nós professores com a percepção de uma pedagogia do entendimento, mesmo sentindo agredidos, recuamos. Pesa aí o sentimento de responsabilidade maior com as instituições que representamos, com as responsabilidades profissionais que exercemos.

Há momentos na história que tudo cai por terra e a intolerância substitui o diálogo. Neste momento o sinal vermelho está aceso, momento perigoso que não queremos vislumbrar. A intolerância está substituindo o diálogo. O momento é de reflexão. O momento não é de submeter-se. O momento não é de ficar de joelho. O momento é de reagir: combater ou dialogar?

Contato com a Redação
Telefone
62 3202-1280
E-mail
jornaldoprofessor@adufg.org.br

Fotos: Cristine Cidade

A CONTINUIDADE – Ellen Synthia (ICB) e mais cinco colegas escrevem sobre o sentido de ser professor da UFG hoje. **Página 7**. E A ORIGEM – Orlando de Castro conta como participou, ainda estudante, da criação da Escola de Engenharia e da Universidade, no fim dos anos 50. **Páginas 14 e 15**

Ronaldo Naves mostra exemplar de cagaita

CERRADO

Pesquisa preserva frutíferas

Pesquisa do professor Ronaldo Veloso Naves acumula banco genético e outras informações sobre frutíferas – como cagaita, mangaba, araticum, baru ou caju-do-cerrado –, tão pouco conhecidas e consumidas pela população. Ele é entrevistado pela professora Rosângela Vera. **Páginas 8 e 9**

Serviço Social na luta por direitos

Câmpus Cidade de Goiás formará primeira turma da UFG em Serviço Social em abril de 2013, com programa focado no combate às desigualdades. Comissão prepara curso especial para beneficiários da reforma agrária e agricultores familiares já para 2014. **Página 12**

CATALÃO: BUSCA POR GESTÃO EFICAZ **Página 11**

TEATRO: VIVÊNCIA COM JÚLIA PASCALI **Página 16**

Debate do pós-greve

Professores assumem distintos pontos de vista para analisar o momento da UFG após a paralisação deste ano.

A greve e os professores como “novos personagens”

Hugo Leonardo Fonseca da Silva*

Apesar da situação privilegiada da UFG pós-Reuni diante de parte considerável das universidades federais no País, as contradições resultantes do projeto de expansão, sobretudo o plano de reestruturação da carreira docente, precipitou a entrada de “novos personagens” na cena política e acadêmica dessa universidade. Se durante as últimas duas décadas vivemos sucessivas políticas governamentais que procuraram silenciar a universidade como lugar da crítica, a precarização do trabalho, o achatamento salarial e a flexibilização da carreira criou as possibilidades subjetivas de organização e de luta dos professores.

Cumpre assinalar que a greve docente não foi um lapso de irresponsabilidade de jovens aventureiros ou de projetos escatológicos arquitetados por uma esquerda golpista. Seria ingênuo acreditar em tal falácia, própria do léxico discursivo maniqueísta *hollywoodiano* que procura identificar mocinhos altruístas que defendem a todos dos vilões empedernidos. Esse é um recurso ideológico próprio do entulho autoritário que assolou por décadas o autocrático Estado brasileiro, buscando silenciar os trabalhadores organizados, criminalizando suas ações políticas.

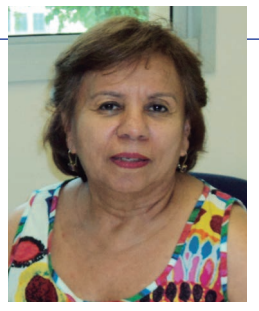
Além das reposições e do enorme esforço da maioria em garantir a efetivação do trabalho acadêmico com qualidade, na UFG o pós-greve tem revelado os desdobramentos do movimento em seu cotidiano.

Se a greve expôs a obviedade de que a instituição comporta grupos e pessoas com concepções diferentes e, muitas vezes, antagônicas sobre a universidade, o serviço público, a ciência, a cultura e a política, por outro lado ela também revelou que existem disputas sobre a direção que a UFG deve assumir no contexto sociopolítico, cultural e acadêmico em que ela se insere. Portanto, assim como há aqueles que assumem o projeto de uma universidade de caráter popular e democrática, há também setores privatistas orientados pela lógica do empreendedorismo acadêmico, agrupamentos associados a uma noção de universidade operacional e de excelência, defensores do projeto republicano de universidade pública, gratuita e de qualidade além das burocracias conservadoras. O que a greve conseguiu expor, ainda que de forma inicial, é que esses diferentes grupos e pessoas se reúnem em blocos que dão a direção aos rumos da universidade ou buscam construir alternativas ao projeto de universidade em vigor.

Sob essas novas condições, que lugar a Adufg Sindicato ocupa nesse conflito? O movimento grevista foi capaz de revelar que, no momento, a Adufg Sindicato, de organismo da sociedade civil a serviço dos trabalhadores, se converteu em órgão da sociedade política capaz de por em ação os mecanismos coercitivos próprios do Estado. Àquilo que vem sendo denominado de modelo renovado de associação sindical representado por ela e pelo Proifes nada mais é do que uma estranha articulação de sindicalismo de Estado articulado ao sindicalismo de resultado.

Diante dessas condições, os professores que se caracterizam como “novos personagens” não podem esperar as eleições do sindicato para fazer o debate e desenvolver as tarefas candentes de uma organização político-sindical coerente com sua tarefa. Por isso, se organizaram no Fórum Permanente de Mobilização dos Professores da UFG e continuam na luta.

**Mestre em Educação (UFG), professor da Faculdade de Educação Física (FEF)*



Efeitos da greve na vida acadêmica

Maria do Amparo Albuquerque Aguiar*

Os professores das universidades federais passaram a manifestar, de forma mais contundente, insatisfações com as políticas educacionais para o ensino superior no Brasil já na década de 80, do século passado. Reivindicavam um plano de carreira, até então inexistente com, logicamente, melhorias salariais. As primeiras greves, já no início da década, tiveram uma forte repercussão e resultados obtidos pelos professores foram considerados satisfatórios, notadamente no que se refere às questões salariais.

Na mesma década, houve ampliação das funções do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que passaram a ter grande peso nas políticas do Ministério da Educação e Cultura (MEC), via financiamento de estudos e projetos desenvolvidos pelas IFES. Esses órgãos, além do MEC, passaram a regular as atividades e a vida acadêmica dos docentes. Uma nova situação trouxe às universidades expectativas com respeito à carreira docente, mas também as exigências e novas tarefas foram acrescidas.

Essa situação aumentou a insatisfação salarial e os docentes das universidades públicas passaram a recorrer mais frequentemente às greves, mobilizados pela Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior, criada em meados da década de 80 e que depois veio a se transformar em Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN).

A universidade tem crescido independentemente das greves. São mais cursos, alunos, professores mais qualificados. As razões e consequências dessas evidências nem mesmo são discutidas durante as greves, e não se tem ideia do modelo de universidade que temos e que sofre constantes interferências de políticas pontuais de governo.

A greve de 2012 trouxe a novidade da disputa de grupos, com notável conotação político-partidária. O Andes-SN perdeu sua hegemonia e luta para recompor seu poder, com o recente Proifes (Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior) ainda menos enraizado no movimento docente das IFES. Um dos sindicatos foi mais predisposto ao confronto com o governo e o outro, menos. No embate veio à tona o discurso político das décadas 60/70 do Século XX, muitos dos pontos inteiramente deslocadas das condições atuais. A greve excessivamente longa trouxe desgastes aos docentes, aos alunos, arranhou a credibilidade do movimento junto à sociedade em geral.

As alterações do calendário acadêmico são danosas não só aos alunos como também aos professores. As reposições são pouco eficazes diante das posturas de alunos e professores que trabalham com a expectativa de anos letivos prolongados.

O aviltamento salarial dos professores das IFES, mesmo depois de tantas greves, não foi resolvido. A vida acadêmica nas IFES, em termos de qualidade do ensino, é melhor agora? Eis uma questão difícil de ser respondida.

**Doutora em História Econômica (USP), diretora da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (FACE)*

Adufg

17ª Diretoria Executiva
Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás

Rosana Maria Ribeiro Borges
Presidente

José Wilson Nerys
Vice-presidente

Elias Nazareno
Diretor Secretário

Bartira Macedo
Diretora Adjunta Secretária

Beneval Rosa
Diretor Administrativo

Flávio Alves da Silva
Diretor Adjunto Administrativo

Antônio César de Oliveira
Diretor Financeiro

Lucilene Maria de Sousa
Diretora Adjunta Financeira

Carlos Alberto Tanezini
Diretor para Assuntos dos Aposentados e Pensionistas

Rui Yamada
Diretor Adjunto para Assuntos dos Aposentados e Pensionistas

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS

ANO I – Nº 2 – NOVEMBRO 2012

Projeto idealizado por
Prof. Juarez Ferraz de Maia

Editora responsável
Alessandra Faria (JP01031/GO)

Editor e repórter
Macloys Aquino (FENAJ 02008/GO)

Projeto gráfico e diagramação
Cleomar Nogueira

Estagiários
André Albuquerque, Cristine Cidade e Frederico Oliveira

Publicação mensal

Tiragem
2500 exemplares

Impressão
Flexgráfica

Contato
jornaldoprofessor@adufg.org.br

9ª Avenida, 193, Leste Vila Nova - Goiânia - Goiás

Fone: (62) 3202-1280

Produção e edição
Assessoria de comunicação da Adufg Sindicato

Bichos tratados com qualidade

Hospital Veterinário atende até 25 pequenos animais por dia e interna grandes animais. Presença de especialistas e baixos custos são atrativos

Fotos: Cristine Cidade

Paulo Henrique, diretor do Hospital Veterinário

Neve viveu a maior parte do tempo num apartamento, em Nápoles, na Itália. Ela nasceu em 2000 e, assim que chegou ao Brasil em 2010, contraiu cinomose, uma doença contagiosa e muito perigosa, que mata na maior parte dos casos. Foi também no Brasil que Neve desenvolveu um tumor no baço e outro no fígado, além de uma doença de pele.

Por último, a cadelinha mestiça pegou uma cistite e, pela enésima vez, teve de voltar ao Hospital Veterinário da UFG. "Eu já conhecia o hospital de antes, por causa do Eistein (um cão pastor), que faleceu há sete anos, e da minha gata, então prefiro aqui", conta a proprietária, Rosimar Dias Carneiro.

Numa manhã de outubro, Rosimar tentava coletar uma amostra de urina de Neve, no jardim do hospital, para os exames da cistite. "Pago, aqui é tudo mais em conta", diz. "Os médicos não visam lucro, visam o bem estar do animal", garante. Por um ultrassom, Rosimar chegou a desembolsar R$ 200 numa clínica particular. No Hospital Veterinário, gastou R$ 60 pelo mesmo exame.

A unidade, vinculada à Escola de Veterinária, tem, desde a sua fundação em 1980, atraído cada vez mais proprietários . Hoje, é um dos maiores núcleos de ensino, pesquisa e extensão da universidade, atendendo média de 25 pequenos animais por dia e com capacidade para internação de dezenas de grandes animais. Os diferenciais: qualidade do atendimento – principalmente nas áreas de cardiologia, oncologia e dermatologia – e o baixo custo.

"A procura é muito diversificada", diz Paulo Henrique Jorge da Cunha, diretor do hospital. "Estamos numa fase de transição: notamos mudança de perfil dos proprietários, que têm cada vez mais poder aquisitivo", constata.

Cobrança

A cobrança pelos procedimentos, no entanto, não está relacionada ao perfil econômico dos proprietários. Os custos de manutenção aumentaram com os passar dos anos e a falta de reposição de técnicos levou a administração a contratar servidores da Funape.

Toda a receita, fora o orçamento da universidade, é para custear manutenção. Até 60% do que entra vai para folha de pagamento. São 14 servidores via fundação, que desempenham funções administrativas. "Tivemos que buscar soluções", diz o diretor.

Paulo considera ainda um fator cultural. "Se não cobra, o proprietário não valoriza", acredita, lembrando que já houve casos de proprietários que descuidaram do pós-operatório em animais porque a cirurgia havido sido de graça. "Infelizmente é assim", diz.

Atendimento clínico e cirurgias em grandes animais são os que geram mais custos. Normalmente, o bicho é levado até a unidade. Mas há situações em que o proprietário busca o médico residente, que vai à criação, identifica o problema e recomenda internação. Durante a visita do **Jornal do Professor**, um boi, dois ovinos e quatro cavalos estavam internados no hospital.

Rosimar Carneiro observa Neve, no detalhe e no jardim do hospital: "Pago, aqui é tudo mais em conta"

Abandono de animais preocupa direção

Era manhã de domingo quando uma residente do Hospital Veterinário chegava para trabalhar em um projeto de pesquisa. Os portões ainda estavam fechados e, enquanto ela esperava do lado de fora, uma moto se aproximou. O condutor trazia um pacote, parou diante dela, deixou aquilo no chão e partiu. Era uma caixa de sapato com um cachorrinho atropelado dentro.

Os números são elevados e, apesar da direção não ter essas estatísticas, os casos de abandono de animais nas dependências do hospital, principalmente no estacionamento, têm gerado cada vez mais problemas. "Vou ali e volto para buscar", é o que diz grande parte dos que deixam bichos doentes ou feridos por ali. O cãozinho daquele domingo teve sorte: a pesquisadora o acabou adotando, mas não é o que acontece com todos que são deixados.

"Isso nos traz um grande transtorno, tem sido nosso maior problema", diz o diretor da unidade, professor Paulo Henrique da Cunha. "É crime", ressalta, anunciando que sua única saída é uma campanha publicitária nos bairros do entorno do Câmpus Samambaia, que informe sobre as responsabilidades dos proprietários.

ANOTE

Para agendar consulta
(62) 3521-1587. Das 7h30 às 19h30 (menos sexta-feira)

Informações sobre valores
(62) 3521-1644

Mais informações
www. hospitalveterinario.vet.ufg.

Mécia Menescal/Proifes

PL 4368: audiência marcada para dia 20

O deputado federal Alex Canziani (PTB-PR), relator do **PL 4368/12,** que trata da estruturação do plano de carreira, confirmou ao **Jornal do Professor** que a primeira audiência pública para debater o projeto está marcada para o próximo dia 20. Ele garantiu a presença do secretário de Relações de Trabalho do Ministério do Planejamento, Sérgio Mendonça.

"Acredito que sua tramitação será rápida", disse o parlamentar, ressaltando, porém, que a análise das 70 emendas pode atrasar a tramitação do projeto, que hoje encontra-se na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP).

Na última semana de outubro, professores da Adufg Sindicato, representada pelos professores Flávio Alves da Silva, Abrãao Gomes, Ana Christina Kratz, Fernando Kratz e Hélio Furtado do Amaral, e de outros institutos federais (*foto*), estiveram com o presidente da CTASP, deputado Sebastião Bala Rocha (PDT-AP), na Câmara dos Deputados para cobrar celeridadade nos trâmites.

Alessandra Faria

Diretores participam da inauguração em Jataí

Inaugurada sede administrativa em Jataí

A Diretoria Executiva inaugurou no último dia 19 de outubro a sede administrativa da Adufg Sindicato em Jataí. Participaram da cerimônia de descerramento da placa de inauguração o pró-reitor de Administração e Finanças da UFG, professor Orlando Afonso Valle do Amaral, o diretor do Câmpus Jataí, professor Wagner Gouvêa dos Santos, os diretores da Adufg Sindicato Rosana Borges, presidente, José Wilson Nerys, vice-presidente, Antônio César de Oliveira, diretor financeiro, e Flávio Alves da Silva, diretor adjunto administrativo, além dos professores da comissão de Jataí, representados pelo professor Edésio Fialho dos Reis. A nova sede está localizada no Câmpus Riachuelo e foi instalada em uma sala cedida pela diretoria do Câmpus para o início das atividades do sindicato no município goiano. A partir de agora, os professores filiados de Jataí passam a contar com o apoio para atendimento dos serviços e atividades oferecidos pelo sindicato na própria cidade. "Estou aqui para parabenizar a iniciativa que vem aproximar os professores, criando esse elo com a UFG", elogiou o pró-reitor de Administração e Finanças.

travessia

Preparada exposição de artes e artesanato

Os professores aposentados da UFG que integram o Grupo Travessia, coordenado pela professora Jane Sarques, estão envolvidos com o novo calendário de atividades do projeto e também com a organização da II Exposição de Artes e Artesanato dos Professores Aposentados da UFG a ser realizado em dezembro. O happy hour, promovido pela primeira em 19 de outubro, foi um sucesso de participação, consolidando a nova programação. Em novembro, além do happy hour, o Grupo Travessia realizará novos encontros para definir agenda de viagens para 2013 e concluir o programa da exposição que contará com a presença de renomados artistas em arte e artesanato.

ANOTE

II Exposição de Artes e Artesanato dos Professores Aposentados da UFG
06 e 07 de dezembro
Espaço Cultural da Adufg Sindicato

Lançamento do *Jornal do Professor*

Ailton Meira

A edição do Quintart de setembro foi marcada pelo lançamento do **Jornal do Professor**, novo veículo de comunicação da Adufg Sindicato. A presidente da Adufg Sindicato, professora Rosana Borges, apresentou o novo canal que, a partir de agora, passa a ser ponto de encontro e debate entre os professores da UFG. O Jornal do Professor terá publicação mensal com 16 páginas, permitindo contato entre docentes de diferentes áreas por meio de um processo horizontal, democrático e plural. O projeto da publicação foi idealizado pelo professor Juarez Ferraz de Maia, coordenador do Curso de Jornalismo da Facomb/UFG (foto). O **Jornal do Professor** está disponível online em www.adufg.org.br/jornaldoprofessor, mas todos os 2.282 professores e professoras filiados (as) também recebem as edições mensais do jornal em suas casas.

Agenda do coral Vozes da Adufg

O Coral Vozes da Adufg, coordenado pela professora Ormezinda de Melo Gervásio, tem cumprido extensa agenda de apresentações no segundo semestre. Em outubro, o grupo formado há dois anos e meio por professores da UFG e convidados esteve na Cidade de Goiás para participação do 8º Encontro de Corais Darcília Amorim, no histórico Teatro São Joaquim. No dia 24 de outubro, a programação cultural do IX Compeex - Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão – da UFG contou com a apresentação do coral no palco do Centro de Cultura e Eventos da UFG. "Além de trabalhar com o aperfeiçoamento da capacidade de pensar musicalmente, a participação em eventos fortalece a noção de grupo dos coralistas", reforça Gustavo Weiss, o regente do coral. A série de apresentações continua até o fim do ano, confiram a agenda:

23 de novembro: Feira do Servidor no Centro de Eventos da UFG
29 de novembro: Quintart (Siro Pontes e Coral Vozes da Adufg)
06 e 07 de dezembro: Abertura e encerramento da II Expo Artes e Artesanato dos Professores Aposentados da UFG

Wéber Félix / Ascom UFG

Fotos: Cristine Cidade

Professor aposentado e ex-diretor da Escola de Engenharia Civil, Wanderlin José dos Santos investe o tempo nas filhas gêmeas Maria Laura e Maria Vitória, de 5 anos. Ele e a família tiraram quatro meses para viajar de carro, há um ano. Pararam em Lagoinha, uma vila de pescadores a 90 km de Fortaleza. As meninas foram matriculadas numa escola ali. "É uma currutela, uma vila, mas era melhor que muita escola de Goiânia", disse Wanderlin.

Filha do professor Jefferson Gonçalves de Melo, do IME, Yasmim Borges Melo, de 5 anos, curtiu a cama elástica junto a outras crianças.

Anailda Silveira Moreira, professora aposentada da Engenharia Civil, explorava, junto do parceiro José Maria, passadas novas de forró, ao som do grupo Baião de Dois.

Julio Roquete Cardoso, professor do Departamento de Morfologia (ICB), e os filhos: Julia Rodrigues, de 2 anos, e Pedro Henrique, de 6. Julia só queria saber do algodão doce, mas topou dar um tempinho para fazer a foto.

ENCONTRO CAMPESTRE

Professores e suas famílias curtiram a manhã e a tarde daquela sexta-feira, 12 de outubro, na sede campestre da Adufg Sindicato. Comemoravam o Dia do Professor. Menu: Churrasco com arroz branco, feijão tropeiro, mandioca e vinagrete. Galinhada goiana. Abacaxi e melancia frescas. Cerveja, refrigerante e água. Picolé do Cerrado e doce de leite para finalizar. "Teve bão", disse o professor Beneval Rosa. 503 pessoas presentes.

"Põe que ele pegou muito peixe aí", sugeriu Santiago Bueno, amigo de André Tanezini (*foto*), filho do professor aposentado Carlos Alberto Tanezini (ICB). Não pegaram sequer um lambari no lago da sede campestre.

"Que uniforme é esse, Edward?", cutucou um amigo, enquanto o reitor posava para a foto ao lado da mulher Susete Pequeno e do bebê. É que Susete está grávida de quatro meses.

Sofia, de 1 ano, não se decidia entre cair na piscina ou caminhar pela grama. A mãe, a professora de Relações Públicas (Facomb) Gardene Leão, então interveio: é colo.

Os professores do Instituto de Química Freddy Guimarães e Cláudio Benite aproveitavam charutos cubanos Cahiba Pirâmide. "Es la mejor", comentou Arcádio de Los Reyes Borjas, professor cubano da Escola de Veterinária que passava por ali.

Da esquerda para direita: Pedro Mundim deixou Minas Gerais e a UFMG, e se mudou com a mulher Ana Elisa Mundim para Goiânia em 2011, quando ele se tornou professor da Faculdade de Ciências Sociais (FCS). Marina Sartore e o noivo Cae Rodrigues deixaram São Paulo na mesma época. Ela também é professora na FCS.

"Não dou conta de responder", disse o professor do IME José Pedro Machado Ribeiro, quando perguntado como administra família tão vigorosa. "Sou eu quem administra", interveio Maria José Silva Ribeiro, sua mulher. "É uma questão de dedicação, de equilíbrio entre o pensar e o fazer a família", receitou, entre as filhas Âmela Caroline e Gabriela, e o filho Thomas Felipe.

REFORMA AGRÁRIA

Denúncia apura venda de terras

Professora licenciada da Faculdade de Direito junta provas contra grupo que cobraria até R$ 35 mil de famílias que esperam por benefício do Incra

Cristine Cidade

Superintendente Jorge Jatobá e a professora Bartira Santos, quando ainda despachavam fora do Incra, ocupado por manifestantes: denúncia

A professora licenciada da Faculdade de Direito Bartira Macedo Santos, que ocupa como substituta a Superintência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), aguarda o resultado de uma denúncia contra suposta venda de glebas de terras a serem desapropriadas para reforma agrária.

Bartira organizou uma série de documentos e ouviu famílias que alegam terem sido enganadas por uma organização, que se autodenomina movimento de luta pela terra. Nos depoimentos, a organização (cujo nome será preservado enquanto não houver decisão judicial) promete lotes a serem desapropriadas em troca do pagamento de até R$ 35 mil.

Houve casos de famílias que venderam bens e até se endividaram para pagar parcelas de R$ 1,5 mil ao grupo, na expectativa do benefício, que nunca aconteceu. Os pagamentos foram feitos no primeiro semestre desse ano e o que os integrantes tiveram, até agora, foi um chamamento para ocupação da sede do Incra.

"São muitas causas legítimas de reforma agrária, mas nesse campo há entidades que usam essa bandeira para angariar recursos em causa própria, ludibriando pessoas e atentar contra a economia popular", alertou Bartira.

Ocupação

A sede do Incra em Goiânia foi ocupada no dia 23 de setembro por integrantres do movimento denunciado. Com isso, servidores foram obrigados a despachar num prédio improvisado, ao lado da sede, no Setor Santa Genoveva. Os manifestantes só saíram no último dia 31, após uma reunião com o Incra e integrantes da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo.

"É intimidação", disse o superintendente do Incra, Jorge Tadeu Jatobá Correia. "Não dialogamos com essa dinâmica de procedimentos. É uma entidade sem legitimidade e que espera do Incra práticas ilegais", completou.

As denúncias estão sendo apuradas pela área Criminal e de Controle Externo da Atividade Policial, da Procuradoria da República em Goiás (MPF-GO).

UNIMED

Assembleia rejeita proposta de reajuste

Os usuários do convênio Adufg-Unimed presentes na Assembleia do último dia 06 de novembro rejeitaram as propostas finais do plano de saúde que apresentavam 15,98% de reajuste anual ou 12,05% com as condições de exigência da entrevista qualificada, exclusão da cláusula dos agregados e de dependência econômica para novas adesões.

A Diretoria Executiva da Adufg Sindicato, representada pela diretora presidente, professora Rosana Borges, e o pelo diretor dinanceiro, professor Antônio César de Oliveira, apresentou um relatório de prestação de contas com dados de despesas, perfil do plano, histórico das negociações e propostas de coparticipação da Unimed e tabelas de outras operadoras.

Em todas as etapas da negociação a Unimed alegou que o índice de sinistralidade do plano eleva a taxa de reajuste a cada ano. A maioria dos professores presentes rejeitou as duas propostas de reajuste e não aprovou a proposta de plano de coparticipação.

Negociação

A professora Rosana Borges propôs que a assembleia indicasse dois membros para compor a comissão de negociação com a Unimed. Com 10 votos contrários, 9 favoráveis e 4 abstenções, este encaminhamento também foi rejeitado.

Foi aprovado que a diretoria executiva da Adufg Sindicato elaborará um dossiê com dados mais detalhados sobre o plano de saúde, negociação atual e propostas de outras operadoras. Uma nova assembleia será realizada às 14h30 do próximo dia 20 de novembro, em local a ser definido.

Frederico Oliveira

OPINIÃO DO LEITOR

• *Sempre, na minha visão de arte-educadora, considerei a Adufg uma entidade diferenciada de outros sindicatos e numa visão sincrética ainda vejo diferença, pelo menos com os outros a que sou afiliada.*

No espaço "Debate" da edição anterior do **Jornal do Professor**, *o título "A greve, as conquistas e as contradições" me estimulou a sugerir ao autor que alongasse o tema, tomando a sua última linha do texto: "Explicitar a necessidade de mudança da direção da Adufg".*

Ainda nesse tema, em "Quem vai pagar a fatura?" a citação doProifes veio no contraditório, e quando cita o "ideologismo" dá para confundir, embora seja tautológico entender um trabalho sindical, apenas para representar o interesse de seus representados. É vergonhoso atrelar descaradamente as posições político-partidárias para o destaque de alguns dirigentes e assim enfastiar o professor que escolheu simplesmente exercer a competência do magistério.

Os outros assuntos do jornal cumpriram o seu papel de reportar. Embora ler é sempre prazeroso, o antigo boletim também cumpria esse papel.

Cecy Curado, professora aposentada, por email.

• *Fiquei muito feliz em participar da primeira edição do* **Jornal do Professor**, *foi uma honra para mim. Parabenizo e agradeço a todos pela publicação de uma matéria sobre o meu trabalho*.

José Angelo Rizzo, professor do ICB, por telefone.

• *Gostei dos assuntos e da forma como foram tratados*.

José Antonio de Camargo Rodrigues de Souza, professor aposentado do Departamento de História, por telefone.

• *Parabéns à Adufg Sindicato pela implantação do* **Jornal do Professor** *e à toda equipe. Li e gostei muito, principalmente por não se tratar de mais um "house organ"*.

Jane Sarques, professora aposentada da Facomb, por email.

• *Parabéns à toda equipe responsável pelo lançamento deste novo veículo de comunicação do nosso Sindicato!*

Maria Auxiliadora Echegaray, professora aposentada da Facomb, por email.

O sentido de ser professor da UFG

Professores e professoras escreveram, a pedido do **Jornal do Professor**, sobre como se sentem sendo servidores da UFG. Aproveitaram para refletir sobre a vida profissional e a relação pessoal com a universidade

Fotos: Cristine Cidade

Comecei a dar aulas no ensino superior em 1989 em outra instituição de Goiânia, e lá estive até 2010, quando ingressei na UFG. Antes, estive na UFG como discente, quando cursei o Mestrado em História, e como docente convidada num curso de especialização do IESA por alguns anos, além de saudosos sete anos como aluna do Colégio Aplicação e um ano de um curso de Jornalismo interrompido. De fato, minha ligação com a UFG é antiga, mas, recentemente, esta relação se consolidou por meio da criação do curso de Arquitetura e Urbanismo. Hoje, tenho alegria de dizer que dou aula na Universidade Federal de Goiás, porque concretiza um sonho antigo, em que laços tecidos ao longo do tempo transformam-se numa trama consistente. Essa consistência vem da minha responsabilidade social como professora, que exerce suas atividades numa universidade pública. O desafio de construir um curso novo, com colegas cheios de esperança e energia, me impulsiona à frente. Os estranhamentos previsíveis superam-se diante da crença do exercício digno da profissão. Acredito no ensino público de qualidade e é por isso que estou aqui.

Adriana Mara Vaz de Oliveira
Doutora em História (Unicamp), professora no curso de Arquitetura e Urbanismo e da FAV

Docência é transmitir todo o conhecimento que adquirimos. Mas não só isso. Cada aula para mim é um exercício intelectual diferente, nenhuma se repete, é uma relação dialética em que ensinar se torna também um ato de aprendizado. Nós, professores, devemos sempre estar preparados para fazer com que a próxima aula sempre seja melhor que a última. Mas minha maior satisfação é quando posso contribuir para que um aluno consiga superar seus problemas, em muitos casos pessoais, e tornar-se mais do que um discípulo, mas um colega de profissão. Logo após ter perdido minha filha, falecida em 2007, a sala de aula constituiu-se para mim num ambiente de superação. A dimensão da minha dor me fazia refletir sobre as dificuldades de cada um de meus alunos e alunas, e isso me tornou mais tolerante, sem contudo diminuir meu grau de exigência. Busco extrair de cada aluno ou aluna o máximo que eles possam oferecer, e quando há *feedback* me sinto mais estimulado por saber que meu trabalho tem sido essencial para garantir o futuro desses jovens. Um futuro que minha filha jamais terá. A sala de aula continua sendo o local onde me sinto realizado, e ser professor me ajuda a lidar com a falta que minha filha faz.

Romualdo Pessoa Campos Filho
Doutorando em Geografia (UFG), professor do IESA

Ser professora na UFG hoje é envolvente em todos os sentidos acadêmicos e políticos. É ter comprometimento com o ensino de qualidade que perpassa atividades de pesquisa, extensão e responsabilidade social. Para mim é também a realização de um sonho de fazer parte de uma instituição que vai além do crescimento e expansão física, pois cada vez mais revela sua forma característica de construção coletiva do saber, buscando mais envolvimento com a realidade e necessidades da nossa região.

Ellen Synthia Fernandes de Oliveira
Doutora em Patologia Molecular (UnB), professora do ICB e coordenadora do Programa de Educação Tutorial e coordenadora adjunta do mestrado em Saúde Coletiva.

Sinto-me muito realizado pelo fato de estar contribuindo efetivamente com a formação dos futuros profissionais e pesquisadores de nosso País, sensibilizando-os e capacitando-os para resolver os problemas ambientais e de saúde pública.

Eraldo Henriques de Carvalho
Doutor em Engenharia Hidráulica e Saneamento pela (USP), professor da Escola de Engenharia Civil.

Ao longo destes 36 anos que marcam minha trajetória na UFG, participei ativamente da vida acadêmica, incluindo a docência, níveis de graduação e pós-graduação, a pesquisa, a extensão e a administração. Vi e vivi a ascensão de numerosos estudantes, que fizeram parte da minha rotina diária de trabalho e que se tornaram valiosos profissionais, na compreensão de que contribuí para a formação dos mesmos. Também considero que contribuí científica e administrativamente com a instituição, bem como com a sociedade, o que me traz a sensação de ter e de estar cumprindo o meu dever com a educação superior brasileira. Hoje como ontem, me sinto professora integrante da família UFG.

Divina das Dores de Paula Cardoso
Doutora em Microbiologia (USP), professora do ICB e pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Arquivo pessoal

Eu nasci em Goiânia e vivi toda a vida nas imediações da Praça Universitária. Depois de sonhar em ser um astronauta ou um inventor maluco, a maturidade me fez querer ser um bom professor. Na UFG. A realidade traz consigo muitos inconvenientes: ver que o serviço público brasileiro tem muito a amadurecer, que as autoestimas das pessoas são determinadas mais por suas rendas, que o nosso encanto toca os alunos e retorna, por vezes, sem entusiasmo algum. Por outro lado, é uma alegria ver que, no espaço individual, há muito o que se fazer; que temos um País inteiro a construir, ainda que anonimamente; que eu não poderia ser mais feliz em outro lugar, lugar este que me permite sonhar realisticamente, como se fosse novamente uma criança.

João da Cruz Gonçalves Neto
Doutor em Filosofia (PUC-RS), professor da Faculdade de Direito e coordenador da pós-graduação lato sensu nesta faculdade.

Luta para preservar frutas nativas do Cerrado

Pesquisa incentivada por professor da Agronomia permite conhecer características de espécies ameaçadas pelo desenvolvimento urbano e preservá-las

Fotos: Cristine Cidade

Rosângela Vera e Ronaldo Veloso entre uma das coleções de cagaiteras, na Escola de Agronomia

A construção de Brasília e a implantação de troncos rodoviários ligando a capital às demais cidades, além do domínio de técnicas para o uso racional do solo para a agropecuária, permitiram desenvolvimento à região do Planalto Central brasileiro, a partir dos anos 60.

Um progresso, no entanto, que se deu à medida da descaracterização da flora do Cerrado, o que faz com que populações urbanas se distanciem cada vez mais das espécies do bioma. Cagaita, mangaba, baru, caju-do-cerrado, araticum e genipapo são nomes cada vez menos lembrados por não integrarem o cotidiano de quem mora nas cidades.

A perda de características das plantas, suas utilidades e modos de preservação levaram um grupo de pesquisadores da UFG, principalmente das escolas de Agronomia e de Engenharia de Alimentos, a empreender ações para conhecer melhor as espécies e suas relações com seu meio. O objetivo é conservá-las e, a longo prazo, inseri-las de maneira sustentada ao sistema produtivo.

Incentivador do grupo, o professor associado da UFG Ronaldo Veloso Naves, doutor em Produção Vegetal, começou a estudá-las nos anos 80. Primeiro interessou-se pelo babaçu, depois pelo pequizeiro e hoje é um dos principais pesquisadores do grupo multidisciplinar de professores e alunos de graduação e pós-graduação debruçados sobre 15 espécies frutíferas nativas do Cerrado.

Nestes mais de 20 anos de estudos, Ronaldo ajudou a consolidar o arboreto, uma área agrícola de 8 ha dividida em cinco lotes nos arredores da Escola de Agronomia, no Câmpus Samambaia, onde se encontram pelo menos 3 mil plantas de diferentes idades. São coleções de cagaita, pequi, baru, mangaba, caju-do-cerrado e araticum, que formam grandes pomares de sementes e um rico banco de material genético para pesquisas.

Os exemplares já serviram de objetos para estudos evolutivos, filogenéticos e fitogeográficos, para dissertações e teses de programas da Agronomia, Genética e Melhoramento de Plantas, Ecologia, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Genética e Biologia Molecular, da UFG e de instituições estrangeiras.

Para saber mais a respeito da pesquisa, veja esta entrevista concedida pelo professor Ronaldo Naves a também professora Rosângela Vera, doutora em Agronomia (UFG). "Ronaldo é um exemplo de esforço, trabalho e dedicação. O entrevisto porque tenho enorme respeito à pessoa dele", diz Vera, que foi aluna de Ronaldo na graduação e sua orientanda no mestrado e no doutorado. Ele também participa da pesquisa com frutíferas nativas do Cerrado.

Rosângela Vera - Por que estudar frutíferas nativas do Cerrado?

Ronaldo Veloso Naves - A universidade tem como objetivo estudar aquelas espécies e aqueles materiais que dizem respeito à alimentação da população, que dizem respeito a uma importância econômica maior. No caso das frutíferas, não seria bem o caso. Ocorre que as frutíferas fazem parte da alimentação do pessoal nativo, têm toda uma tradição histórica muito grande e de alguma forma estão sendo desprezadas pela ocupação econômica que vem acontecendo. Desde a época da construção de Brasília, com a abertura dos troncos rodoviários, represas, cidade e lavouras, ambientes das frutíferas vem sendo descaracterizados e é necessário que a universidade assuma uma postura, para que as gerações futuras possam ter acesso a esse importante material.

Quem é quem

Ronaldo Veloso Naves – Graduado em Agronomia (UFG), mestre em Filotecnia (USP) e doutor em Produção Vegetal (UFG). É professor associado da UFG.

Rosângela Vera – Graduada em Agronomia (UFG), mestre em Agronomia (UFG) e doutora em Agronomia (UFG). É professora adjunta da UFG.

Ronaldo é entrevistado pela professora Rosângela Vera

Parte do arboreto com coleção de cagaiteras: banco genético

Rosângela - Por que as frutas nativas, tão importantes, são tão pouco conhecidas e tão pouco consumidas pela população?

Ronaldo - Todos esses materiais nativos, tanto do Cerrado quanto de outros biomas brasileiros, não têm uma penetração muito grande no mercado formal, especificadamente pela falta de classificação, falta de domesticação desses materiais. Em outras palavras, faltam pesquisas, falta agregar esses materiais ao sistema produtivo, inclusive para que possa aliviar um pouco mais a pressão extrativista sobre eles. Não podemos sustentar um mercado que demanda materiais exóticos em cima de extrativismo. Isso vai cada vez mais dificultar e reduzir as oportunidades de diversidade que existem no ambiente natural dessas plantas.

Rosângela - Qual a importância da pesquisa na implantação, conservação e manutenção das espécies nativas?

Ronaldo - É fundamental. Embora todas essas pesquisas sejam de longa duração, porque são materiais que demandam um período bastante grande. É importante chamar a atenção para que essa pesquisa seja o mais multidisciplinar possível, com uma rede maior possível, para que possamos criar condições de melhor trabalhar esses materiais. Não existe essa pesquisa sozinha, essa pesquisa é realizada com grupos de pesquisa cada vez mais articulados entre si.

Rosângela - Falou-se em multidisciplinaridade. Quem são os participantes dessa pesquisa?

Ronaldo - É difícil elencar os participantes, mas nós temos grande parte da Escola de Agronomia e de diversos institutos da universidade, da Engenharia de Alimentos, de outras escolas da região do bioma Cerrado, da Embrapa. A pesquisa com frutíferas nativas é uma pesquisa aberta, de forma que tenhamos o maior numero possível de pesquisadores e pessoas que queiram trabalhar, alunos de pós-graduação e graduação envolvidos. Não é possível trabalhar sozinho, nesse projeto quanto mais gente, mais pesquisador trabalhando, melhor. As demandas são muitas e a necessidade de gente é muito grande.

Fotos: Cristine Cidade

Rosângela - Qual vai ser a duração dessa pesquisa e como que ela pode contribuir com a preservação das espécies nativas?

Ronaldo - A data do início se tem uma ideia, mas a duração realmente não tem, imaginando que se trabalha com frutíferas diferentes. É um dos trabalhos da universidade criar condições para que possa sustentar uma pesquisa dessa natureza. Dificilmente a iniciativa privada poderia fazer, mas a universidade pode e deve fazer. É difícil estabelecer um limite de quando termina. Sempre que existe uma pesquisa há o desdobramento em duas ou outras pesquisas, como se fossem os degraus de uma escada. Na verdade se tenta subir essa escada, no sentido de se ter uma compreensão melhor desses materiais que a natureza tão bem nos oferece.

Rosângela - Você mencionou o extrativismo. Por que a comercialização das frutíferas nativas é tão pequena?

Ronaldo - Existe uma falácia de que sobra fruta. Não é verdade. Ao andar por ambientes de produção natural, muitas vezes somos treinados para observar aquela planta que está produzindo bem, mas não observamos aquelas que não produzem. Fica em nossa memória a ideia de que a árvore tal produziu 50 frutos, mas esquecemos de que ao lado daquela que produziu 50 frutos tem dez que não produziram nada, e não levamos em consideração essas dez. Ou seja, a produção não é tão grande, esse é o primeiro ponto. Segundo, é que essa produção natural não tem vocação para ser vendida, ela não pode e não deve ser classificada de uma forma imediata. A produção que atende a competição que essas plantas estabelecem na natureza. Para que elas possam atender ao mercado é necessário que exista pesquisa, que exista classificação, no sentido que você possa oferecer um material mais uniforme para o mercado. O mercado gosta de uniformidade para que ele possa classificar.

Rosângela - Com relação à industrialização, quais as influências da agroindústria na pesquisa de frutíferas nativas do Cerrado?

Ronaldo - A indústria traz um benefício interessante para as frutíferas, na medida que funciona como um fator de divulgação, não só das nativas como inclusive das outras frutíferas cultivadas também. O problema é que devemos tomar cuidado: o material que nós temos, todo ele, é oriundo de extrativismo e o material oriundo de extrativismo causa problema no ambiente natural. Então, temos que ter um limite para o extrativismo e isso não é fácil. Temos que partir para cultivar esses materiais, partir para criar condições onde as pessoas possam ofertar esses estudos a partir de uma produção diferente do extrativismo, para que possa sustentar a agroindústria. A agroindústria tem inclusive sofrido com as oscilações naturais de oferta de matéria prima, e isso é ruim para a indústria e, por outro lado, você tem uma pressão de coleta muito forte e isso é ruim inclusive para a diversidade e sobrevivência dessas espécies.

Rosângela - Existe algum pomar comercial implantado no Brasil?

Ronaldo - São poucos. Existem muitas iniciativas de pequenos pomares, isso é bom. Hoje existe – motivado por muitas razões, inclusive pala própria universidade e pela Embrapa – a implantação de pequenos pomares. Ainda está em fase de estudos, mas só a motivação que existe já é fundamental. Eles demandam um mínimo de cuidado, no que diz respeito a controle de erosão, controle de fogo, controle de animais, assim como as plantas cultivadas. Não podemos nos envolver no erro de imaginar que essas plantas nativas crescem naturalmente sem a ajuda do homem e isso não é verdade. É lógico que a partir de certo ponto elas conseguem se estabelecer sozinhas.

“Faltam pesquisas, falta agregar esses materiais ao sistema produtivo, inclusive para que possa aliviar um pouco mais a pressão extrativista sobre eles. Não podemos sustentar um mercado que demanda materiais exóticos em cima de extrativismo. Isso vai cada vez mais reduzir as oportunidades de diversidade”

Exemplar de mangaba utilizado na pesquisa

Universitária: a sintonia da cultura

Rádio completa 50 anos consolidando-se como a emissora da diversidade e um dos mais importantes laboratórios para formação de jornalistas

Fotos: Cristine Cidade

Edson Spenthof num dos estúdios: a rádio cresce à medida da paixão dos alunos

"A sintonia da diversidade cultural e da qualidade musical", diz uma vinheta da Rádio Universitária, que este ano completa 50 anos. Ligada à reitoria da UFG, a Rádio Universitária consolida-se como patrimônio cultural de Goiás, dona de uma programação independente de interesses privados de grupos econômicos ou políticos. Como rádio pública, mantida com orçamento da UFG, tornou-se verdadeira ilha de divulgação de cultura, sendo a única no Centro-Oeste a abrir espaço para música regional, erudita ou popular.

A rádio consolida-se também como um dos mais importantes laboratórios para formação de jornalistas em Goiás, por onde passou grande parte dos profissionais em atuação no Estado hoje e onde os estudantes têm a oportunidade de experimentar o mercado. Na disputa pela notícia com jornalistas formados, ou na avaliação de seu trabalho a partir do retorno dos ouvintes – já que tudo o que é produzido entra na programação normal – a rádio proporciona experiência que supera um simples laboratório de estágio.

"Eu tremia tanto que quase bati o microfone no queixo do deputado", lembra o professor Edson Spenthof, quando, ainda estudante de Jornalismo e estagiário da rádio em 1989, foi escalado para sua primeira coletiva de imprensa. "Aqui os estudantes vivenciam a prática, perdem a timidez, tudo com orientação do professor", diz.

Coordenador de estágio desde 1996, Spenthof é o professor da UFG que mais tempo passou na rádio. Seu plano inicial, quando prestou vestibular, era ser jornalista de impresso. Tímido, achava que apenas escrevendo seria poupado da exposição. Isso até entrar no estágio, quando apaixonou-se pela velocidade, espontaneidade e penetração do rádio. Desde então, nunca mais abandonou a sala da redação, os estúdios e os corredores da universitária.

Paixão

"A rádio só cresce à medida da paixão dos alunos, que não vêm para cá obrigados, mas com um espírito de compromisso que surge naturalmente. Aqui os alunos não esperam soluções mágicas, porque sempre correm atrás de soluções", diz Spenthof, que durante coberturas especiais, como eleições, fica na rádio de domingo a domingo. "Nas eleições gerais de 98, cheguei às 6 da manhã e saí à 2 horas do outro dia, depois de divulgar o resultado da apuração", conta.

"Estar diante de um microfone faz com que a gente perca um pouco os sentidos", experimentou a estudante e monitora de Radiojornalismo Denise Nascimento. "A relação com a rádio se tornou um vício, a gente quer sempre falar mais", diz. "A precariedade de estrutura física e de equipamentos é superada pelo desafio, estamos sempre dispostos a vencer, o que contribui muito para o crescimento", completa.

"Continuamos lá normalmente, nos estágios durante a greve de 2001. Lembro aquele tanto de estudante se espremendo na redação, produzindo os programas, da briga para diminuir a programação de música clássica e abrir espaço para os nossos programas, do lanche na padaria da Praça do Racha, de pegar o eixão na porta da rádio...", conta com saudades o jornalista Filemon Pereira, que passou três anos na rádio quando estudante.

Liga o gravador, que lá vem história

Altair Tavares*

- *Foi minha turma que começou a transmissão de futebol. Eram os "Acadêmicos do Esporte". Uma aventura simplesmente sair do estúdio. Nesta experiência, fui narrador de futebol, comentarista, repórter e chefe da equipe. Fazíamos revezamento na coordenação. Foi hilário transmitir um jogo da seleção brasileira contra a Bélgica, ou Alemanha, em 1986, por aí, que eu não lembrava nenhum dos nomes dos jogadores estrangeiros. "Lá vai o lateral direito, lá vai o lateral esquerdo".*
- *Fizemos uma greve na época da faculdade para que a reitoria comprasse discos. E ficamos um dia inteiro rodando música brega. Que protesto!*
- *Foi muito legal fazer transmissão externa dos festivais de música dos anos 80. Foi numa dessa que conheci o Moka, todo vestido de preto. Até hoje, lembro da música dele: "É morte em todo lugar..."*
- *As transmissões da eleição para prefeito de Nion Albernaz e aquela disputa complicada que muita gente falava que foi o Darci (Accorsi) que levou...*
- *Foi o máximo fazer uma adaptação radiofônica de "A Enxada", de Bernardo Élis. O projeto foi registrado pelo Conselho Estadual de Cultura, senão me engano. É a única gravação que tenho de 4 anos de estágio na rádio. Fantástico! Deste projeto participou o Liorcino Mendes, que fez papel de padre. Veja no que deu (Liorcino ou Léo Mendes hoje é referência na luta em defesa de gays, lésbicas, travestis, transexuais).*
- *O que mais sinto saudade: o cheiro e o sabor do cafezinho. Outro dia fui lá, pedi um café e senti o mesmo sabor. Incrível. E as histórias não param por aí, não...*

***Altair Tavares é jornalista e radialista**

Projeto de reforma paralisado na reitoria

Apesar de estar entre as mais bem estruturadas e equipadas rádios públicas no Brasil, a Rádio Universitária tem carência de servidores, principalmente para os cargos de locutor e operador de áudio. Também enfrenta problemas com estúdios: os três existentes estão bastante defasados. A última reforma foi em 2003 e equipamentos recém adquiridos não podem ser instalados por inadequações do prédio. Há um projeto de reforma, que aguarda apenas sinal verde da reitoria para ser iniciado.

"Os 'Doutores da Bola' (programa esportivo) já foram para o estádio com apenas um microfone. Dois repórteres e um microfone. É uma coisa absurda em rádio", diz o professor de Radiojornalismo Ricardo Pavan. A falta de técnicos já causou interrupção de transmissões. "O 'Doutores' parou durante a greve, porque os técnicos não trabalharam", lamenta, ressaltando que o prédio da rádio deveria, depois de reformado, ser tombado como patrimônio histórico e cultural da cidade.

A Rádio Universitária integra a Associação das Rádios Públicas do Brasil (Arpub), entidade que se organizou justamente para unir esforços na defesa da comunicação pública e da carência de recursos financeiros, material técnico e humano enfrentado pelas transmissoras. De maneira geral, rádios públicas sofrem com falta de investimentos no País.

Ricardo Pavan critica falta de estrutura

SAIBA MAIS

Criação - Resolução da reitoria da UFG, de 1962, outorgada em 16 de setembro de 1965, criou a Rádio Universitária, a primeira do gênero do Brasil.

Personalidades – Na inauguração estiveram o senador e ex-presidente Juscelino Kubitschek e o governador Mauro Borges.

Onde fica – Lago das Rosas, Setor Oeste. Transmissores instalados no Câmpus Samambaia. Opera em 870 AM com 20 KW de potência e disponibiliza o áudio na internet pelo endereço www.radio.ufg.br

Gestão em tempo de eficiência

Câmpus Catalão prepara curso de Administração Pública com 240 vagas. Objetivo é suprir deficiências nos executivos de municípios goianos

Arquivo pessoal

Serigne Ababacar, coordenador do curso de Administração Pública, na modalidade EaD, do Câmpus Catalão

Em tempo de mais exigência por eficiência e transparência dos atos governamentais, o Câmpus Catalão prepara o primeiro curso de Administração Pública de ensino à distância (EaD) do Estado. Serão 240 vagas distribuídas em seis pólos, cada qual com 40 vagas: Catalão, Aparecida de Goiânia, Alto Paraíso de Goiás, Goianésia, Mineiros e São Simão.

A iniciativa partiu, dentre outros fatores, da demanda por servidores ou prestadores de serviço qualificados para as gestões públicas dos municípios. "Prefeitos bateram na porta do reitor pedindo", diz o coordenador do programa, professor do Departamento de Administração do CAC, Serigne Ababacar.

Um estudo da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), que avaliou a gestão fiscal de todas as administrações públicas do País – dez anos após a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que tenta impor limites e controle dos gastos à administração conforme sua capacidade de arrecadação – constatou que a maior parte dos municípios de Goiás carece de planejamento fiscal. Isso os torna dependentes de repasses estaduais e federais para se manter.

Os resultados da pesquisa, que cruzou dados do Tesouro Nacional quanto à receita própria, gastos com pessoal, liquidez, investimentos e custos da dívida pública entre 2006 e 2010, foram divulgados no primeiro semestre deste ano, quando professores do Departamento de Administração do Câmpus Catalão elaboravam o projeto.

A pesquisa não balizou a criação do curso, mas na avaliação do professor Serigne, o programa de Administração Pública começa tímido. "Essa dependência (de recursos estaduais ou da União, por parte dos municípios) vai piorar porque vamos emancipar mais municípios, que já nascem inviáveis", diz. Ele cita exemplos das universidades da Bahia e do Pará, que ofertaram mais de 100 vagas por pólo, onde há até 100 pólos. Ele, porém, ressalta: "Começamos tímidos, mas com pés no chão".

Perdas

Para Serigne, a EaD não incorre em perdas pedagógicas. "Não há pesquisas com resultados palpáveis sobre isso, não está provado que o curso presencial prepara melhor", diz. Ele acredita que, no EaD, o estudante pode até ter mais comprometimento. Muitas vezes, entende, o aluno do curso presencial se dá por satisfeito com a mera presença e pode ser mais fechado que o aluno da EaD, que precisa ter iniciativa para cumprir os prazos e mostrar resultados.

Programa dá ênfase a PPPs

O curso de Administração Pública na modalidade EaD terá como uma das frentes as parcerias público-privadas (PPPs). "Hoje, os melhores casos de gestão na esfera pública são marcados por uma forte presença e parceria com empresas privadas regionais ou de âmbito nacional", diz Serigne.

"Só que a gestão desses contratos não é simples, pois o setor público não anda na mesma velocidade que o privado", acrescenta. Principalmente agora, na perspectiva da Lei de Acesso à Informação (LAI), as exigências da publicização dos atos governamentais se intensificam, o que gera mais disparidade ainda entre o tempo da ação pública e o da ação privada.

"E por isso sempre é preciso de gestores públicos profissionais para poder paliar essas dificuldades, particularmente no que tange a contratos públicos-privados", diz o professor. Serigne acredita que o profissional graduado no curso de Administração Pública pode auxiliar o administrador no sentido da promoção de uma gestão mais moderna, eficiente e responsável.

Em ensaio recente, o professor de Direito da USP Fábio Konder Comparato disse que a corrupção perpassa uma outra esfera de poder que não aquela dos poderes instituídos no Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário), ou aquela dos partidos políticos, mas um outro nível circunscrito no grupo formado pelo grande empresariado: financeiro, industrial, comercial, de serviços e do agronegócio.

Questionado sobre essa influência, o professor Serigne ressaltou a importância de leis que determinam transparência pública. "Informação é poder", diz, "e quanto mais informação e poder de decisão tiver a população, mais difícil ficam as ações de corrupção. Quanto menos a LAI atinja empresários ou governo, melhor para eles". Ele, porém, reclama da aplicação da lei. "Por que a Justiça ainda não divulga seus salários?", cobra.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (EaD)

240 vagas, no total

40 para cada pólo

- Alto Paraíso de Goiás
- Aparecida de Goiânia
- Catalão
- Goianésia
- Mineiros
- São Simão

Disciplinas ofertadas

- Empreendedorismo Governamental
- Gestão da Qualidade no Setor Público
- Gestão de Redes de Cooperação na Esfera Pública
- Análise e Prospecção de Problemas Nacionais
- Licitação, Contratos e Convênios e outras.

Informações pelo telefone

(64) 3443-1117

PSICOLOGIA

Núcleo estuda efeitos conjugais na sociedade

Como relacionamentos amorosos afetam a vida de homens e mulheres, como isso incide na qualidade de vida e repercute nas relações de grupos, em empresas, por exemplo. A qualidade das relações interpessoais é um dos objetos de estudo do professor Gleiber Couto, coordenador do Laboratório de Avaliação, Medidas e Instrumentação em Ciências da Saúde (Lami), do curso de Psicologia do Câmpus Catalão (CAC).

Doutor em psicologia pela Universidade São Francisco, Gleiber orientou quatro trabalhos apresentados por alunos no último Conpeex/UFG. Num deles, "Tipos de interações conjugais e suas ligações com satisfação com a relação", os pesquisadores entrevistaram 76 casais e constataram diferenças nos relacionamentos entre casais casados e os de namorados.

"Os casais de namorados usam para descrever seus padrões de interações características de dominância, competição, desconfiança e insegurança se comparado com os casais casados", diz uma passagem da pesquisa. "Há de se considerar que estas subescalas proporcionam características negativas para o relacionamento conjugal a depender da sua frequência de utilização e das circunstâncias em que são empregadas".

Noutro trabalho, os pesquisadores avaliam "Características de saúde mental e suas relações com interações conjugais". Foram aplicados questionários a 102 casais de namorados e casados. "Os resultados sugerem certas diferenças na percepção dos parceiros em relação à escolha de padrões de interação. Os namorados valorizam mais o calor afetivo de suas namoradas do que elas, tendo em vista a presença do padrão calor afetivo apontado pelos namorados", diz um trecho da discussão.

Professor Gleiber Couto

SERVIÇO SOCIAL

Um curso em defesa de direitos

Primeira turma da UFG deve se formar em abril de 2013. Programa ressalta valores como liberdade, equidade e justiça social

A UFG forma até abril de 2013 a primeira turma de Serviço Social, curso ministrado no Câmpus Cidade de Goiás. Quarenta e seis graduandos estão prestes a entrar num mercado de trabalho que, infelizmente, cresce no Brasil e em Goiás. Infelizmente porque entre as principais demandas destes profissionais estão os efeitos da desigualdade socioeconômica e da exclusão cultural e de gênero.

Dados do último Censo (2010) mostraram que, apesar dos avanços sociais dos últimos dez anos, desigualdades na distribuição de renda e disparidades por gênero, cor e raça persistem elevadas no Brasil. Para amenizar essa situação, o curso da Cidade de Goiás desenvolve projetos de extensão em que os estudantes têm a oportunidade de atuar sobre estes conflitos, seja nas relações trabalhistas, junto a sindicatos, ou no combate à violação de direitos humanos.

"A busca do profissional em Serviço Social é de compromisso ético e político, pautado na liberdade como valor central, na defesa dos direitos humanos, ampliação e consolidação da cidadania, na garantia dos direitos, na defesa do aprofundamento da democracia, no posicionamento em favor da equidade e justiça social, e empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade", sintetiza o coordenador do curso, o professor Alison Cleiton de Araújo.

Foi participando de um destes projetos de extensão que Luana Ribeiro Brás, graduanda da primeira turma, percebeu como a universidade pode interferir na vida da comunidade. "Quebramos preconceitos", afirma, ela que participa do Programa de Educação Tutorial (PET, do MEC), num programa de combate ao tráfico sexual de seres humanos. "As pessoas se abriram e se envolveram mais com a faculdade", detectou durante apresentações de trabalhos na Cidade de Goiás, em Ponta Porã (MS) e em Palmas (TO).

Arquivo pessoal

Coordenador do Serviço Social, Alison Cleiton. Ao lado, mural montado por alunos ressalta valores do curso

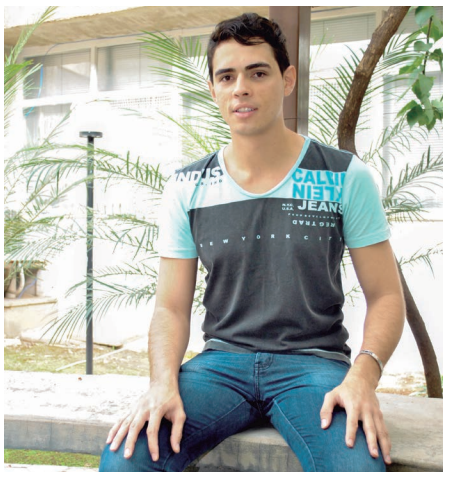
Luana Brás

Marx

O gosto de Valdir Nunes da Silva Netto pela militância no movimento social foi aprimorado durante o curso. Aluno do 6º período de Serviço Social, ele já era ligado à Pastoral da Juventude, da Igreja Católica, em Sanclerlândia, antes de ser aprovado no vestibular. Mas a decisão pelo curso não veio de imediato. "Ainda não entendia a profissão, tinha aquela noção que se resumia ao assistencialismo", conta. Preconceito que durou até seus 18 anos, quando conheceu uma assistente social ao trabalhar numa usina de álcool em Anicuns, o que mudou sua perspectiva.

"A profissão surgiu para acalmar a classe trabalhadora e melhorar o diálogo entre patrões e empregados, para fazer com que o trabalhador se adequasse a sua condição", reconhece Valdir. O Serviço Social teve esse caráter assistencialista e paliativo até o fim da Ditadura Militar no Brasil (1985), quando surgiu um movimento vanguardista em defesa deste profissional. "Hoje trabalhamos na perspectiva do Direito, é uma questão desafiadora, de dissolução do sistema capitalista", diz. "A matriz teórica que fundamenta nossa profissão é o marxismo, no sentido da ampliação de direitos e políticas que visem emancipação do sujeito", complementa.

Cristine Cidade



Valdir Nunes, estudante: otimismo

Valdir é consciente das dificuldades do mercado de trabalho para a área, mas mantém otimismo. "No Centro-Oeste é promissor. São Paulo e Rio estão saturados", diz, seguro da abertura de postos de trabalho com a implantação do Sistema Único do Serviço Social (SUAS), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). "Somos muito mal pagos, não temos piso salarial. Sei que não será fácil, mas isso não me desmotiva, porque me apaixonei pelo curso e vi que era isso o que eu quero para minha vida", declara. Seus planos são seguir a carreira acadêmica, mestrado e doutorado, sem abandonar projetos sociais paralelos.

"Somos muito mal pagos, não temos piso salarial. Sei que não será fácil, mas isso não me desmotiva, porque me apaixonei pelo curso e vi que era isso o que eu quero para minha vida"

Trabalhadores rurais podem ser beneficiados

Aos moldes do curso especial em Direito para beneficiários da reforma agrária e agricultores familiares, uma comissão foi formada no Câmpus Cidade de Goiás para criar o mesmo curso na área de Serviço Social. O projeto está em construção, já conta com apoio dos movimentos sociais ligados à terra e deve entrar em discussão no Consuni em 2013. O próximo passo é a aprovação no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O curso pode ter início já em 2014.

"É uma demanda histórica", ressalta o coordenador do curso de Serviço Social, Alison Cleiton, para quem a dificuldade de acesso e a ausência de trabalhadores camponeses na universidade é "algo gritante". "Não à toa temos medidas do governo federal de políticas afirmativas, no sentido de restaurar essa dívida histórica", argumenta. "O projeto é na direção de constituir uma universidade de fato popular, aberta à sociedade e às demandas dos trabalhadores. Isso é Serviço Social", reitera.

O fato de a Cidade de Goiás concentrar 22 assentamentos, sendo um dos municípios com maior número de assentamentos rurais do País, demonstra a demanda. "O Estado de Goiás tem particularidades com relação aos latifúndios e a centralização da propriedade de terras. Fora o agronegócio, que destrói o pequeno agricultor. Isso condiciona a situações problemáticas de desigualdade social e econômica no Estado. O Câmpus Cidade de Goiás vivencia essas contradições, que são próprias do sistema capitalista, o que justifica propostas diferenciadas", diz Alison.

NÚMEROS

200
vagas estão preenchidas nas 4 turmas do curso de Serviço Social

46
alunos podem graduar-se em abril de 2013, a primeira turma do curso

22
assentamentos rurais estão instalados nos arredores da Cidade de Goiás

EDUCAÇÃO

Dura realidade da educadora infantil

Professoras de crianças até 5 anos enfrentam más condições de trabalho e baixos salários, constata pesquisadora

Salários baixos, más condições de trabalho, salas de aula inadequadas, instalações precárias. Se fossem apenas estas as características da realidade de trabalho de professoras de crianças menores de 5 anos, a educação infantil nos municípios de Jataí, Serranópolis e Chapadão do Céu, no Sudoeste goiano, teria um problema de ordem estritamente econômica, material.

Mas o quadro é mais complexo, porque envolve questões da cultura, de percepção de mundo. Compreender a realidade de trabalho destas educadoras é a busca a que se propôs Laís Leni Oliveira Lima, professora do curso de Pedagogia do Câmpus Jataí, durante seu doutoramento em Educação.

Em "As muitas faces do trabalho que se realiza na educação infantil", Laís entrevistou 130 professoras, agentes educativas e diretoras ou coordenadoras em sete centros municipais de educação infantil (CMEis) naquelas cidades. Cento e doze depoimentos foram utilizados no trabalho defendido em 2010.

Leni constatou, dentre outros resultados, que 62,3% das entrevistadas estão abaixo da população economicamente ativa do Estado de Goiás, segundo dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese). Mulheres que chegam a extrapolar 40 horas semanais de trabalho e recebem entre 1 e 4 salários mínimos.

"São trabalhadoras que passam horas de seu dia, ao longo de sucessivos anos letivos, em companhia das crianças a quem devem educar", diz a pesquisadora, que teve oportunidade de verificar diferentes espaços, histórias, sentimentos e vivências destas mulheres. "Trabalhadoras que criam soluções diversas, frente aos impasses e dificuldades que o trabalho com crianças menores de 5 anos lhes impõe."

"Foi possível aprender e apreender diferentes questões nesse cotidiano, suas concepções de mundo, muitas vezes relatadas com palavras cheias de reticências, palavras não ditas, mas sentidas, vividas, subentendidas, com poucas afirmações diretas", diz a pesquisadora.

Para entender um pouco mais dessa realidade, o **Jornal do Professor** destacou da tese de doutoramento trechos de alguns depoimentos das professoras da educação infantil e realizou, por email, uma rápida entrevista com Laís. Vale a pena conferir.

Laís Leni: tese de doutorado dedicada a entender as relações de trabalho de educadoras infantis

Arquivo pessoal

DEPOIMENTOS

Professoras da educação infantil, que tiveram os nomes preservados, respondem à questão "O que é infância?"

"É aquele momento em que as crianças têm de estar fazendo o que gosta, livremente o que sente vontade, sem constrangimento. Eu acho que criança é um ser puro e não tem maldade com elas, tudo que fazem é pela vontade própria".

"É ser criança, é tudo, porque quando você é criança, você não tem uma responsabilidade... as crianças são tão honestas, são tão francas, é a melhor fase da vida".

"É o período que a criança de menor idade tem pra ela começar crescer e conhecer tudo que ela tem, começa o aprendizado, o falar, o andar, o brincar. O brincar e o lúdico está imbricamente relacionado com a infância".

"Ser criança é ser livre, não ter obrigações, não ter hora certa, a criança bem novinha, porque depois dos quatro aninhos já começa as obrigações, é a fase mais preciosa da vida é ser criança".

"É na fase criança que nós vamos revelar novos sujeitos do amanhã, é ali que a gente vai moldar os novos cidadãos do futuro. Eu acho que a educação infantil é mais um cuidar do que o educar, mesmo estar moldando esta criança (...)"

"Muitas não se viam como professoras, seus trabalhos estavam ligados à maternidade"

Quais as maiores dificuldades enfrentadas pelas trabalhadoras da educação infantil?

Laís - *São tantas... mas, vamos lá. Entendemos a necessidade de a trabalhadora, que atua nessa etapa de educação, se assumir como professora, como trabalhadora da educação, do ensino, o que requer conhecimentos profundos e sólidos a respeito da especificidade de cada etapa de desenvolvimento da criança. Muitas não se viam como professoras, trabalhadoras da educação, visto que seus trabalhos estavam muito ligados ao corpo, à maternidade. Uma conexão imediata entre maternidade e docência. Utilizavam-se muito da "tia" e da "segunda mãe". Nem sempre viam especificidades em seus trabalhos ou se identificavam como professoras. Muitas professoras enfatizaram a existência de uma confusão por parte das famílias quanto ao papel da creche e das professoras e agentes educativas. Mães que vêem a creche apenas como depósito de crianças.*

As creches surgiram no Brasil no início do século XX, acompanhando a estruturação do capitalismo, a crescente urbanização, a necessidade da mulher no mercado de trabalho. Dessa forma, cabia à creche "guardar" as crianças enquanto a mãe trabalhava. Este conceito mudou?

Laís - *Ainda se guarda muito desse legado histórico. Essas instituições surgiram acompanhando a estruturação do capitalismo e também a necessidade do capital de reproduzir a força de trabalho, a força feminina de trabalho. As trabalhadoras precisavam de um lugar para deixar os filhos. Além disso, precisavam de força de trabalho futuro composta por seres capazes, nutridos, higiênicos e dóceis. A creche, então, como foi instituída, foi um (e quem sabe ainda é) lócus privilegiado para "fabricação" dessa nova força de trabalho. Percebíamos a visão de que a creche atende apenas filhos de trabalhadoras.*

O que é preciso para garantir uma educação infantil de qualidade?

Laís - *É preciso se posicionar na contramão da concepção que naturaliza a infância. A naturalização das coisas, dos fatos, está bastante arraigada nas concepções das trabalhadoras, o que considero uma dificuldade. Faz-se necessário compreender a educação infantil no processo histórico e social de formação de seres humanos. O profissional que atua nessas instituições deve ser aquele que promova o desenvolvimento e aprendizagem, cuja prática profissional esteja vinculada ao estudo, com conhecimento teórico e prático.*

O que significa infância para a senhora?

Laís - *Para compreender a infância é necessário evitar o reducionismo de pensar esse conceito como uma fase biológica da vida. É preciso pensá-lo como categoria histórica, que se modifica a partir do momento em que, na sociedade, há novas formas de conceber as relações da estrutura familiar, sociais e econômicas. Porém, como afirmam Kuhlmann Jr. e Fernandes, faz-se necessária atenção com os limites que ampliam e restringem a abrangência desse conceito, sob os aspectos de sua duração, denominação, universalidade, particularidade geográfica, social, cultural e histórica. Infância é um conceito determinado historicamente pela modificação das formas de organização societal. Não pode ser uma concepção abstrata em que analisa-se a criança como "natureza infantil", ou seja, distanciando-a de suas condições materiais de vida, como se essa fosse desvinculada das relações de produção existentes na realidade. É preciso compreender a criança em relação ao contexto histórico em que está inserida.*

ORLANDO FERREIRA DE CASTRO

De Buriti Alegre para a história da UFG

Eram 4 horas de uma manhã de 1944, quando ele entrou num caminhão a 'gasogênio'. Desembarcou em Goiânia às 22 horas para se tornar um dos nomes mais importantes da Engenharia Civil em Goiás

Cristine Cidade

Orlando de Castro, no sofá de sua sala de visita: ele não queria ir para escola, para não apanhar

Orlando Ferreira de Castro não queria ir para escola. Tinha medo. Em Buriti Alegre, no início dos anos 30, menino não tinha moleza em casa, os pais não eram lá muito carinhosos. Mas a escola, achava, era ainda pior, tida como lugar de punição, onde não se ensinava, mas castigavam crianças.

Orlando tinha 6 anos quando ouviu que professores mandavam os meninos ajoelharem-se sobre caroços de milho, davam bolos que inchavam suas mãos e os colocavam virados para a parede, com os braços abertos e uma pilha de chapéus sobre a cabeça. Foi então que decidiu, convicto: "Não vou nunca pra escola, porque eu não quero e não mereço apanhar".

Mas não houve como evitar. Sua resistência em nada atrapalhou os planos da mãe, Onorívia de Castro França, a maior entusiasta da ideia, que superou barreiras bem mais duras que birra de menino para fazer com que Orlando e os irmãos estudassem. Ela não queria que ficassem analfabetos, na roça. Em Goiânia, eles poderiam "virar doutor".

Onorívia anunciou que se mudariam para a nova capital em 1938. Seu marido, Eduardo Ferreira França, foi contra. Achava ficariam sem emprego. O povo de Buriti foi contra. Era época de racionamento e diziam que em Goiânia faltava tudo, que passariam fome.

O prefeito, autoridades locais e comerciantes visitaram Onorívia, tentando demovê-la dos planos. "Lá não tem manteiga, porvilho, não tem açúcar nem gasolina", alertaram. "Nóis não vai pra lá pra comer manteiga nem beber gasolina. Nóis vai pra lá pra por meus menino na escola, porque eles vai virar doutor e pronto", rebateu.

Saíram de mudança em 1944, realmente durante uma crise de abastecimento em Goiás, reflexo da Segunda Guerra Mundial, já que o Brasil não produzia gasolina, toda importada dos EUA. Houve um momento em que o poder público emitia autorizações para que as pessoas pudessem comprar alguns litros de gasolina por mês.

Foi então que inventaram no Brasil o "gasogênio", um gás pobre retirado do carvão de madeira. Os caminhões precisavam ter instaladas imensas latas cilíndricas, algumas com até dois metros de comprimento e 100 quilos de peso, para rodar com o gás, cujo baixo poder calorífico não permitia altas velocidades.

E assim um caminhão movido a gasogênio partiu às 4 horas do dia 30 de março de 1944, de Buriti Alegre. Percorreu 180 km e estacionou diante a uma pequena casa da Rua Rio Verde, perto de onde hoje é o Colégio Pedro Gomes, em Campinas, Goiânia, às 22 horas daquele dia.

Dele desembarcou, junto da família, Orlando Ferreira de Castro, que chegou à capital para virar doutor e acabou se tornando, ainda estudante, um dos mais decisivos personagens para a criação da Escola de Engenharia e da própria Universidade Federal de Goiás, um dos nomes mais importantes da história do ensino de Engenharia do Estado.

"Nóis não vai pra lá pra comer manteiga nem beber gasolina. Nóis vai pra lá pra por meus menino na escola, porque eles vai virar doutor e pronto"

Onorívia de Castro, mãe

Neurônios

Orlando de Castro Ferreira recebeu a reportagem do **Jornal do Professor** no dia 2 de outubro de 2012, um dia depois de seu 84º aniversário, enquanto separava milhares de papéis, recortes de reproduções do Matutina Meiapontense, cópias de ofícios e de depoimentos, separados por datas e por fontes. Ele prepara um livro sobre a história da UFG.

Mas é na sua memória onde guarda a maior parte das informações dessa história, porque ele protagonizou, junto a outros estudantes da época, a luta pela criação da instituição. Impressiona a riqueza de detalhes com que resgata, com igual precisão, passagens de sua mais tenra infância ou de momentos de embate político para o reconhecimento da UFG ou da Escola de Engenharia Civil, que integrou já na primeira turma, em 1954.

"Considero como ponto inicial dessa história o dia 30 de janeiro 1832, quando o major Cordeiro... Eu esqueci o nome completo dele. Olha, eu tô com um problema. Oitenta e quatro anos e muitos neurônios já apagados, principalmente para lembrar nomes", disse rindo, logo no início da conversa.

Pura modéstia: nas quatro horas de entrevista que se seguiram, Orlando revelou minúcias de passagens sobre a luta dos estudantes, e detalhou mudanças institucionais a partir de leis e decretos. Tudo referenciado por números, datas e valores orçamentários, de 1832 até 1960, quando a UFG foi criada.

O nomes de pessoas são o que guarda com mais zelo. Descarregou dezenas, desde faxineiros e bedéis do Lyceu – onde funcionou improvisada a Escola de Engenharia do Brasil Central –, ex-colegas de faculdade e professores, a ministros, senadores, deputados e seus assessores.

"Eu fui para o primeiro ano atrasado aprender o b-a, bá na cartilha do Erasmo Braga, que era o que estava em voga na época", disse durante entrevista para pesquisa de mestrado em Educação em Ciências e Matemática, de Rafaela Rabelo, em 2009, de onde também saíram os trechos sobre sua checada à Goiânia. Orlando referia-se ao primeiro livro ao qual teve contato, em 1938, então com 10 anos de idade.

O início da universidade em três momentos

Três momentos foram decisivos para a criação da UFG e do instituto do ensino público superior em Goiás. Em 1832, um ato de ofício do Estado criava o que seria uma faculdade de Medicina em Cavalcante e uma faculdade de Farmácia, no Hospital de Caridade de São Pedro, em Goiás.

O primeiro não se concretizou e o segundo não funcionou exatamente como faculdade, onde "um boticário preparava remédios e ensinava gratuitamente a quem se interessasse", diz Orlando. Outro momento é a criação da Academia de Direito de Goiás, em 13 de agosto de 1898.

Orlando considera como terceiro momento um congresso eucarístico nacional ocorrido em Goiânia, em 1948. "Compareceram as maiores autoridades religiosas do País, inclusive o cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, que era uma pessoa de grande influencia nacional", conta.

Discutiu-se no congresso a ideia de criar uma universidade em Goiânia, o que entusiasmou o governador Coimbra Bueno, que, apesar de ter minoria na Assembleia Legislativa, conseguiu aprovar um projeto criando um fundo para instalar e manter a Universidade do Brasil Central. Mas logo assume Pedro Ludovico que, adversário de Bueno, paralisa o projeto.

Orlando de Castro havia participado ativamente do encontro eucarístico. Era estudante do Colégio Ateneu Dom Bosco. O zunzunzum sobre a criação de uma universidade durou até ele terminar o Científico (hoje Ensino Médio). Sem expectativas em Goiás, decidiu, com outros colegas, prestar vestibular para Engenharia Civil no Rio de Janeiro.

Lá, prestes a fazer a prova, soube da criação de uma escola pelo Clube de Engenharia, em Goiânia, em 1952. "Voltamos do Rio para fazer o vestibular, mas a escola não saiu". Os sócios do clube, conta o professor, além de muito ocupados, não dominavam as questões burocráticas sobre criação de cursos superiores.

Foi então que Orlando e os colegas Azulino do Amaral, Hélio Naves, Brás de Almeida e Júlio Cesário de Souza instituíram o que ficou conhecida como Comissão dos Cinco, grupo de estudantes que, amparados pelos engenheiros do clube, conseguiu, após viagens à capital Rio de Janeiro, regularizar a Escola de Engenharia do Brasil Central.

"Vitória exclusiva dos estudantes", garante Orlando, que ressalta: "Houve um engenheiro que ajudou muito na época, que foi o Saleh Jorge Daher, pra não dizer que foram só os estudantes". A escola funcionava em uma sala emprestada do Colégio Lyceu.

Orlando depois participaria, em 1959, da série de reuniões na União Estadual dos Estudantes (UEE), que, junto a colegas da Escola de Engenharia e das faculdades de Direito, Farmácia, Medicina e do Conservatório de Música, formariam a Frente Universitária Pró-Ensino Federal. O movimento realizou reuniões e audiências públicas com parlamentares, congressos e passeatas de rua pró-ensino público mantido pela união.

Docentes das cinco escolas também formaram em 1959 a Comissão Permanente para a Criação da Universidade do Brasil Central, presidida pelo diretor da Faculdade de Direito, professor Colemar Natal e Silva. O projeto para criação da universidade foi entregue ao Congresso Nacional, não sem muita pressão política. A UFG foi então criada, numa articulação de estudantes e professores, em 14 de dezembro de 1960 – o decreto foi assinado pelo presidente Juscelino Kubitscheck em dezembro de 1961.

Arquivo pessoal

Arquivo pessoal

Acima, Orlando entre alguns dos colegas da Comissão dos Cinco, na formatura da primeira turma de Engenharia Civil da UFG, em 1960. Abaixo, Orlando (de pernas cruzadas, de bigode) como estagiário, entre operários, durante a construção de dois prédios da Esplanada dos Ministérios, em Brasília (1959)

Uma língua abandonada

Orlando de Castro é um estudioso. Além da Engenharia, interessa-se por ópera e história. A linguística também tem chamado sua atenção, por sua origem na fazenda. Ao chegar em Goiânia, descobriu que, em Buriti Alegre, ele falava "língua de roceiro". "Mas depois, lendo um pouco sobre o assunto, vi que era a língua resultante de um entrosamento entre o língua Tupi Guarani e o Português. Daí surgiu uma língua mista", ensina.

"A língua dos índios é muito diferente. Não existia dígrafo, 'lh', por exemplo. Onde era palha, velho, filho, substituíamos por 'i', paia, veio, fio. Os verbos também não eram ricos de variação como o Português. Era mais ou menos como no Inglês, 'you are, they are'. Era essa língua que a gente falava, ele vai, nóis vai, eles vai".

"Se fico um pouco na roça, logo volto a falar", diz e logo emenda, relembrando: "Um primo, o Gesmar, um dia falou na sala de aula 'me dá o caderno pra mode eu escrevê'. A professora se zangou, puxou a orelha dele para não falar mais 'pra mode', porque aquilo era inconcebível na língua culta".

"Eu estava de pleno acordo com a professora, a gente precisa falar bem. Hoje eu vejo quantos erros a gente cometeu ao longo da vida, porque precisávamos preservar aquela língua", reflete. A língua mista de que fala Orlando foi usada em São Paulo e escrita nos primeiros documentos oficiais. Mas se espalhou até Minas Gerais, onde antepassados de Orlando foram criados, e de lá para Goiás. Irradiou para o sul do Estado, Itumbiara, Catalão, Buriti Alegre, Morrinhos, cidades povoadas por mineiros. A língua era falada principalmente em fazendas.

Cristine Cidade

Professor Orlando em sua sala de estudo, onde junta documentos que embasam o livro em construção sobre a história da UFG

INFLUÊNCIA

Orlando de Castro virou professor da Engenharia ainda na graduação e não largou mais a docência. Deu aula na UFG dos anos 60 até 1980, quando poderia ter se aposentado, mas seguiu na ativa até 1995, tendo sido responsável pela formação de importantes nomes da Engenharia.

VIVÊNCIA

Águia inspiradora

Ex-aluno relata como experiência com professora da EMAC influenciou não só sua carreira profissional, mas também sua forma de ver a academia, o teatro e a vida

Luiz Davi Vieira Gonçalves*

Eu estava ali, pronto para um dos importantes desafios de minha vida – o vestibular. Encontrava-me curioso com o imaginário do mundo da arte, teatro, pessoas preparando o corpo, a voz, a alma. Então ela aparece como uma águia, olhando pela primeira vez em meus olhos. Olhar forte, focado, impoluto. Enchi os pulmões, fitei nos detalhes mais íntimos que uma apreciação poderia oferecer. Percebi que nos encontrávamos novamente: este olhar era novo, entretanto, conhecido de outras vidas. O corpo demonstra reação diante de tanta energia; estremece, formiga e aos passos da águia ele se encontra, se acalma. Internamente ela sorri, passa por mim e segue com os demais professores.

Este foi meu primeiro contato com a arte-educadora, performer e pesquisadora, a professora doutora Maria Júlia Pascali (*foto*) nos corredores da Escola de Música e Artes Cênicas da UFG, ainda no teste de aptidão para entrar na graduação do curso de Artes Cênicas, em 2004. Conhecida como a professora que mora em uma casa de vidro no meio do Cerrado, ela foi provocadora de várias pesquisas e reflexões práticas e teóricas, do teatro ou da vida, para alunos que tiveram a oportunidade de conviver com ela.

Pesquisadora estrênua, Julia Pascali percorreu vários lugares do mundo vivenciando o que ela chama de "sincronicidade e expressão", aquilo que o ser tem de mais sutil, íntimo e disponível para relações, seja ela na dimensão que a mente conseguir chegar. Teve vivências com orientais, em países como Japão, China e Korea; também com europeus na França, Londres e Itália; com ribeirinhos da Amazônia, morando em um barco à deriva pelos rios e na selva com comunidades indígenas ao norte de Rondônia, no Brasil.

Águia inspiradora – nome pelo qual alguns alunos da turma de 2004 a chamavam – desenvolveu carreira acadêmica ao longo de suas vivências. Tendo formação em História pela Universidade de São Paulo (USP); aperfeiçoamento em Piano pelo Conservatório Dramático Musical de São Paulo; aperfeiçoamento Butoh pelo Studio Kazuo Ohno; Mestrado em Letras, Linguística e Teoria Literária pela Universidade Federal do Pará e por último o doutorado em Artes Cênicas pela Universidade de Campinas (Unicamp), Julia Pascali sempre defendeu a experiência antes de qualquer formação em prol de títulos.

Suas pesquisas foram temas de muitas conversas, trabalhos e reflexões entre os alunos de graduação em Artes Cênicas da UFG. Durante a montagem da performance *Diálogos sobre pele de cetim* em 2008 – com texto de Jorge Pinheiro e Júlia Pascali – o objetivo era a sensibilização do espectador para questões ambientais e a vida em harmonia com os cincos elementos chineses: água, madeira, fogo, terra e metal. Também em trabalhos fora da universidade provocados por suas pesquisas – como o espetáculo performático *Semeador de Poesias* (texto de Sebastião Nei Rodrigues, irmão de alma da Julia), montado pelo Grupo de Pesquisas e Experimentações Cênicas – Corpo Cênico do Centro de Educação Profissional em Artes Basileu França, eram perspectivas artísticas cujo olhar sobre universidade sempre foi questionado. Um ator/pesquisador se faz por lista de chamada? As matrizes pedagógicas são suficientes para formação de um profissional sensível como o ator? São provocações que passam ao corpo e à mente a todo o momento quando se trabalha com seus alfarrábios e estímulos estéticos.

Hoje, Júlia Pascali está radicada em Pirenópolis, onde criou a "Cândida da Selva", local que serve de encontro entre amigos e seres abertos a tal efeito, de meditação para aqueles que precisam de um tempo interior e de trabalho aos que precisam e querem se exercitar. Local que também já serviu de sede de atividades de extensão, como o projeto Pezinho de Jatobá (Facomb) e o projeto Paloma, que desenvolveram atividades pedagógicas com crianças pirenopolinas. "Sincronicidade e Expressão" seguem vivas e conectadas às essências artísticas de vários lugares do mundo, ligando o Centro Oeste brasileiro às perspectivas peculiares que as relações humanas podem provocar, revelando irmãos livres, brincantes a ocupar a terra.

Em sua trajetória como docente, a professora Julia Pascali traz argúcia para aqueles que têm contato direto ou indireto com seu trabalho.

**Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), graduado em Artes Cênicas pela UFG, ex-professor substituto da EMAC, performer, pesquisador e coordenador do Núcleo de Pesquisa e Experimentações Cênicas – Corpo Cênico do Centro de Educação Profissional em Artes Basileu França.*

Júlia Pascali

Interatriz e performer, é pesquisadora em artes integradas e participativas. *Sincronicidade e Expressão*, título de sua pesquisa, promove o encontro dos saberes indígena e oriental na condução de vivências holísticas, integrando teatro, dança, música, artes plásticas, fotografia e vídeo.

Cristine Cidade